

EDITORIAL

Apresentamos o terceiro número do volume 19 da Revista REDES, referente ao terceiro quadrimestre de 2014. A Revista REDES (ISSN 1982-6745), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e ao Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – CEPEDER, criada em 1996 e publicada de forma regular e ininterrupta desde então, passou a ter sua editoração em formato eletrônico a partir de 2007, hospedada no Portal de Periódicos Online da Universidade de Santa Cruz do Sul e vinculada ao SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas do IBICT. Seguindo a política de editoração de revistas acadêmicas no país, filiadas à estratégia internacional de fomento do acesso livre ao conhecimento, a Revista REDES disponibiliza seus resumos e textos de forma gratuita e integral para os leitores.

Neste ano de 2014, essa é a quarta edição da Revista REDES, pois, além dos dois primeiros números do volume 19, publicamos um Número Especial, alusivo aos 20 anos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, com artigos que resultaram de pesquisas dos professores e pesquisadores que constituem o corpo permanente de nosso Programa.

O presente número da Revista REDES, dentro da tradição de reflexão e de debate que a Revista mantém desde a sua criação, socializa quatorze artigos que são resultados de pesquisas e de reflexões teóricas que contribuem para que a área do desenvolvimento regional mantenha representatividade nos diferentes espaços de discussão sobre desenvolvimento em nosso País.

No artigo que abre o número, *Desenvolvimento rural em escala microrregional: uma análise entre microrregiões fumicultoras e não fumicultoras no Rio Grande do Sul na primeira década do século 21*, **Marcelo Antonio Conterato** analisa alguns resultados em termos de dinâmicas regionais de desenvolvimento rural para o Rio Grande do Sul na primeira década do século XXI, com ênfase na comparação entre regiões fumicultoras e regiões não-fumicultoras. Utilizando-se de um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para as 35 microrregiões do estado do Rio Grande do Sul definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), construído a partir da consideração de 36 indicadores distribuídos em cinco dimensões (Social, Demográfica, Político-Institucional, Econômica e Ambiental), o autor confirma uma hipótese inicial que orientou seu trabalho de pesquisa, segundo a qual no período entre 2000 e 2008 a área cultivada com tabaco no Rio Grande do Sul avançou mais principalmente nas regiões menos dinâmicas, de menor IDR. O autor constata, ainda, que o avanço do cultivo do tabaco no período considerado também se deu nas regiões tradicionalmente fumicultoras, que se caracterizam por apresentar baixo IDR, embora tenha avançado também em algumas regiões não tradicionalmente fumicultoras, estas de IDR ainda mais baixo. Por fim, o autor ainda constata a validade da proposta metodológica utilizada para análises comparativas no espaço (caso do trabalho por ele realizado) e no tempo (permitindo comparações e variações ao longo do tempo).

Na sequência, o artigo *As relações sociais na produção do fumo*, de **Sandino Hoff**, apresenta uma análise de como as relações sociais determinam o trabalho imediato despendido no cultivo do fumo, as transformações tecnológicas nele introduzidas e as práticas prescritas para o cultivo do fumo. O artigo é resultado de uma pesquisa que investigou o trabalho imediato do fumicultor no semeio, transplante, crescimento, coleta das folhas, cura e classificação e que foi realizada através de visitas a nove propriedades rurais, depoimentos e diálogos com fumicultores e entrevistas com produtores e instrutores de fumo. O autor conclui que as inovações tecnológicas (introduzidas no

cultivo, especificamente) e a mecanização de parte da lavoura ocasionaram a especialização das tarefas e a objetivização do trabalho; no entanto, o domínio sobre o conhecimento global do cultivo do tabaco permaneceu na mente do produtor.

Lillian Bastian, Paulo DabdabWaquil, Mônica Concha Amin e Marcio Gazolla, no artigo *Agroindústrias rurais familiares e não familiares: uma análise comparativa*, registram alterações que ocorrem no espaço rural brasileiro, tais como a introdução de novas tecnologias, integração agroindustrial e a valorização enquanto lugar de moradia, lazer, produtos saborosos e saudáveis. Segundo os autores, na esteira destas transformações alguns agricultores começam a perceber que existem novas possibilidades de geração de renda e que uma destas novas oportunidades surge através do incremento da produção agroindustrial, uma atividade que é típica da agricultura familiar. Interessando-se por esta temática é que no artigo os autores verificam se há distinções e quais são estas distinções entre as agroindústrias rurais da agricultura familiar e da agricultura não familiar, em nível de Brasil. As conclusões apontam que as distinções entre estes dois tipos de agroindústrias estão fortemente ligadas à lógica que as gerenciam, pois na maioria das propriedades da agricultura não familiar há especialização e na agricultura familiar diversidade, o que consequentemente gera maneiras distintas de atuarem em suas agroindústrias.

No artigo *Agregação de valor à agricultura familiar: uma alternativa para o desenvolvimento territorial sustentável*, **Elvira Maria Radwanski, Carlos Alberto Cioce Sampaio e Maria do Carmo Martins Sobral** apresentam resultados de um projeto voltado à agregação de valor e sustentabilidade do meio rural, executado em pequenas propriedades rurais de uma região onde predomina a agricultura familiar, no município de Guaramirim (estado de Santa Catarina). Analisando os resultados do projeto (denominado "Valorizar o Artesanal") no período entre 2001 e 2008, os autores constatarem que o mesmo possibilitou o aumento da renda às famílias agricultoras, garantindo sua segurança alimentar e a dos consumidores, a partir da legalização do comércio de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, elaborados nas propriedades rurais. Como consequência, afirmam os autores, os atores sociais têm se sentindo valorizados e se identificam com o território, promovendo, assim, a sustentabilidade de seus modos de vida e de produção.

Nelinho Davi Graef, Weimar Freire da Rocha Jr. e Christian Luiz da Silva, no artigo *O sistema agroindustrial do biodiesel no Paraná: o potencial do mercado fornecedor de matérias-primas vegetais e a participação da agricultura familiar*, analisam não somente o potencial do mercado fornecedor de matérias-primas vegetais para a produção de biodiesel no Paraná entre os anos 2003 e 2010, mas, também, a inserção da agricultura familiar no sistema agroindustrial do biodiesel naquele estado brasileiro. Para os autores, o ambiente institucional constituído pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) pode subsidiar os agricultores familiares paranaenses e gerar uma dinâmica de produção de biodiesel no estado, com a promoção do desenvolvimento regional, com a geração de renda e de impostos. Em contrapartida, políticas públicas estaduais e municipais devem fazer a sua parte e estimular a produção das mais variadas matérias-primas para a geração de biodiesel, dada à diversidade edafoclimáticas existente no Paraná.

O artigo de **Bianca Cristina Aléssio e Oscar José Rover**, *O desenvolvimento regional como processo de encadeamento de dinâmicas organizativas e trajetórias tecnológicas: o caso da região Oeste Catarinense*, abre esse número da Revista. Os autores registram que as últimas décadas testemunharam uma transformação no conceito de desenvolvimento e na análise das variáveis que o influenciam. Nesse contexto histórico, as especificidades regionais passaram a ser entendidas como importantes aos processos de desenvolvimento, já que cada território responde de forma particular às diferentes

estratégias, criando meios específicos para se desenvolver. Com esse pressuposto, e se apoiando nas teorias institucionalista e schumpeteriana, os autores demonstram, a partir do caso da região Oeste Catarinense, que processos regionais de desenvolvimento podem ser analisados como um encadeamento de dinâmicas organizativas e trajetórias tecnológicas locais, que se influenciam mutuamente e condicionam os caminhos possíveis ao desenvolvimento territorial.

Marcus Vinicius Alves Finco, Vinicius Souza Ribeiro e Robert Bailis, no artigo *Biocombustíveis e inclusão social: buscando o desenvolvimento regional sustentável na Amazônia Legal Brasileira*, nos lembram que a produção de biocombustíveis tem sido fortemente discutida no Brasil, levando o País a desenvolver políticas e implantar, a partir de 2004, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), a fim de aumentar a participação de energias renováveis, bem como fomentar o desenvolvimento regional sustentável. O que preocupa os autores do artigo, no entanto, é a relação entre a condição de vida dos agricultores e a adoção do cultivo de oleaginosas no Norte do Brasil. Nesse sentido, baseados numa gama de indicadores socioeconômicos que foram coletados entre agricultores que cultivam soja em uma região de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, os autores constataam, preliminarmente, uma relação negativa entre o nível de privação das famílias agricultoras e a adoção do cultivo de oleaginosas.

No artigo *O BRDE e o crescimento econômico paranaense: evidências empíricas*, **Augusta Pelinski Raiher e Jandir Ferrara de Lima** analisam a importância do crédito fornecido pelo BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) como indutor do crescimento econômico regional paranaense a partir de três ângulos: o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o impacto na expansão do mercado externo via exportações e seu impacto na geração de emprego nas diferentes atividades econômicas. Considerando as trinta e nove microrregiões paranaenses e a primeira década do século XXI (2003 e 2009), os autores demonstram a relevância da participação dos recursos do BRDE na geração de emprego e renda no estado do Paraná e, nesse sentido, na indução do crescimento econômico regional.

Fabricio Jose Missio e Rosele Marques Vieira, no artigo *Dinâmica econômica recente do estado de Mato Grosso do Sul (MS): uma análise da composição regional e setorial*, analisam a dinâmica econômica recente do estado de Mato Grosso do Sul (2002-2009), com o objetivo de mostrar as transformações setoriais e intrarregionais que acompanham o crescimento econômico do estado. A preocupação dos autores é mostrar como a evolução recente das estruturas, em termos de setores e de regiões, acompanha as mudanças no processo de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul, em especial a partir das transformações do campo e das políticas de incentivos. As considerações finais mostram que apesar das mudanças recentes na produção, permanecem naquele estado brasileiro elementos que marcam a sua formação histórico-econômica, como aquelas relacionadas às políticas de desenvolvimento regional que determinam forte orientação agrícola.

Cooperação interorganizacional no setor moveleiro: um estudo de caso à luz da análise de redes sociais é o artigo de **Marisia Monte Silva Aguiar, Ana Sílvia Rocha Ipiranga, Diego de Queiroz Machado e Lorena Bezerra de Souza Matos**. Tomando como referência empírica a Rede Associação dos Marceneiros de Fortaleza (AMFOR), os autores analisam os elementos envolvidos no desenvolvimento de redes de cooperação interorganizacionais. A análise foi realizada através de procedimentos metodológicos que se pautaram nas ferramentas de análise de redes sociais por intermédio dos *softwares* Ucinet e NetDraw. E os resultados apontam que nos seis anos de existência da Rede AMFOR seu nível de cooperação conseguiu incrementar esse empreendimento coletivo, gerando um número razoável de contatos periódicos; entretanto, percebe-se a

necessidade de investimento nos relacionamentos dos atores, de forma a consolidar ainda mais o empreendimento.

No artigo *Os fatores competitivos das indústrias de pedras preciosas: um multicaso no interior do Rio Grande do Sul*, **Juliano Nunes Alves**, **Josiane Lamaison de Moraes** e **Denise Rossato Quatrin** observam que para as organizações manterem-se competitivas é necessário que conheçam os fatores internos e externos existentes no setor global e setorial, conquistando informações que lhes possibilitem formular estratégias para se sustentar no mercado altamente competitivo. Pressupondo essa necessidade, os autores apresentam uma pesquisa sobre os fatores que exercem maior influência na formulação das estratégias empresariais do setor de pedras preciosas do município de Salto do Jacuí (RS); e concluem que, dentre os fatores de competitividade, o que exerce maior influência nas empresas industriais pertencentes ao setor de pedras preciosas é o fator sistêmico.

Na sequência, o artigo de **Jaime Quintanilha Gomes**, *Empoderamento como suporte ao desenvolvimento regional*, é resultado de um estudo de caso, realizado no Bairro do Passo do Onze, na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul. A pesquisa realizada adotou como metodologia a pesquisa-ação e teve como objetivo encontrar elementos constituintes do empoderamento humano (organização comunitária, participação e autoestima) a partir de processos participativos. Partiu-se da concepção de que o processo de ação-participação favorece a emancipação popular, ou seja, é uma das formas de fomentar o empoderamento, através da reflexão individual e coletiva, acerca de uma dada realidade social e política. Ao final, o autor destaca que a participação da comunidade pesquisada no trabalho de pesquisa impulsionou transformação social no que diz respeito à organização local, promovendo mudanças em relação à perspectiva de enfrentamento dos problemas enfrentados pela comunidade.

No artigo *Instituições de Ensino Superior Comunitárias: questões atuais*, **Hélio Radke Bittencourt**, **Alzira César de Moraes Rodrigues**, **Alam de Oliveira Casartelli**, **Gustavo Inácio de Moraes** e **Gabriela Ludwig Guerra** afirmam que a partir de 2010 as Instituições de Ensino Superior (IES) de caráter comunitário deixaram de figurar oficialmente nas sinopses e nos microdados do INEP sob essa denominação, com a extinção da categoria "comunitárias, confessionais e filantrópicas". Desde então, as IES brasileiras privadas são classificadas conforme sua natureza jurídica: com ou sem fins lucrativos. Esta realidade, contudo, foi modificada após a aprovação no Congresso Nacional da nova lei 12.881 de 2013, sancionada em novembro de 2013, que dispõe, em especial, sobre a definição e as finalidades das instituições comunitárias, confirmando em especial seu caráter de instituições não lucrativas, pertencentes à sociedade civil, e sua forma de organização em associações ou fundações (BRASIL, 2013). A recente expansão da rede federal e de IES com fins lucrativos tem afetado diretamente as até então denominadas comunitárias, que possuem características diferenciadas em relação às IES privadas com fins lucrativos, bem como as de ensino público. No artigo, então, os autores analisam dados e aspectos contemporâneos relacionados ao novo cenário da educação superior brasileira, com especial enfoque nas IES integrantes da Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC), constatando melhor desempenho destas na comparação com as IES privadas com fins lucrativos. Os resultados obtidos, aliados ao impacto regional das IES comunitárias, justificam a valorização dessas instituições que operam e contribuem para a consolidação dos cursos superiores no Brasil.

Por fim, fechando este número da Revista REDES, num ano de comemoração dos 20 anos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, a professora **Virgínia Elisabeta Etges** e o mestrando (no PPGDR da UNISC) **Mizael Dornelles**, no artigo *Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul - 20 anos* registram que o PPGDR/UNISC foi criado em 1994, em nível de

mestrado, e esteve originalmente vinculado ao Comitê Multidisciplinar da CAPES, tendo sido o primeiro Programa da área no país; em 2002, o PPGDR/UNISC passou por uma reestruturação, vinculando-se, a partir de então, ao Comitê do Planejamento Urbano e Regional/Demografia; com a obtenção da nota 04 em 2004, passou a oferecer o nível de Doutorado a partir de 2005 e em 2010 passou por uma segunda reestruturação, culminando com a obtenção da nota 05 na avaliação trienal de 2013. Mais do que esse registro histórico, os autores apresentam a construção teórica (sobre o tema desenvolvimento regional) realizada no âmbito do Programa ao longo dos 20 anos, juntamente com dados que demonstram a trajetória e os resultados alcançados no período.

Temos a certeza de que com a publicação de mais esse número da Revista REDES o PPGDR/UNISC mantém seu compromisso de impulsionar um debate qualificado sobre a importância da dimensão regional do desenvolvimento. Para nós do PPGDR/UNISC, o desenvolvimento regional é uma questão teórica e política que tem pertinência permanente, que desafia para a compreensão da dimensão regional do desenvolvimento, mas, também, e principalmente, para uma ação política atenta à diversidade que brota das experiências históricas das comunidades regionais.

E é reafirmando esse compromisso que queremos convidar a todos para que participem do nosso *VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*, que será realizado entre os dias 09 e 11 de setembro deste ano de 2015 com o tema "Globalização em tempos de Regionalização – repercussões no território". Ainda durante o primeiro semestre estaremos publicando a programação completa do Seminário, com a certeza de que mais uma vez Santa Cruz do Sul sediará um qualificado debate sobre o desenvolvimento regional no Brasil e no Mundo.

Queremos, por fim, reforçar nosso compromisso político com a aprovação da II PNDR (II Política Nacional de Desenvolvimento Regional). Já no último número da Revista REDES registramos que no *Seminário 20 anos do PPGDR/UNISC*, realizado nos dias 11 e 12 de setembro de 2014, foi elaborado um Manifesto em favor da aprovação, ainda durante o ano de 2015, da II Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Com a certeza do empenho, em favor dessa aprovação, da Presidenta reeleita, senhora Dilma Rousseff, do novo Ministro da Integração Regional, senhor Gilberto Occhi, e de todos/as senhores/as deputados/as federais e senadores/as, publicamos, na íntegra, o referido Manifesto:

MANIFESTO DE SANTA CRUZ DO SUL

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Os pesquisadores e planejadores da área do Desenvolvimento Regional, reunidos no Seminário alusivo aos 20 Anos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, nos dias 11 e 12 de setembro último, vêm manifestar o que segue:

É cada vez mais evidente a necessidade de discussão e de aprofundamento do tema do "desenvolvimento regional" no Brasil. É indissociável de qualquer estratégia que se proponha para o desenvolvimento do País e indispensável para todas as instâncias de governo. Nós que estamos lidando com a gestão, planejamento e pesquisa em temas referentes às regiões ou territórios consideramos imprescindível para a institucionalização do tema na agenda de prioridades do estado brasileiro, a aprovação de uma *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*.

Nestas condições e, considerando que estamos em período eleitoral no Brasil para governos estaduais e federal, os pesquisadores e planejadores reunidos no Seminário sugerem fortemente que a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II), que atualmente está em análise na Casa Civil do Governo Federal, seja encaminhada ao Congresso Nacional ainda no primeiro semestre de 2015, para que possa ser amplamente debatida, e uma vez consensuada pelo parlamento, alçada à condição de política de Estado.

Temos clareza de que políticas regionais alcançam todo território nacional, que tem como maior ativo a rica diversidade que o caracteriza; entendemos ainda que estas são mecanismos de alavancagem de ações de desenvolvimento em diversas porções do território nacional. Para tal, o protagonismo e a ação coletiva de atores regionais, bem como a coordenação e integração das demais políticas públicas com expressão regional/territorial são aspectos que devem merecer atenção máxima no novo período de governo, visando o desenvolvimento regional brasileiro. Ademais, caso seja aprovada ainda em 2015, as diretrizes e iniciativas propostas pela nova PNDR poderão ser contempladas, na íntegra, pelo PPA 2016/2019 cuja elaboração se dará no decorrer do próximo ano.

Agradecendo a atenção dispensada, colocamo-nos à disposição para contribuir com o planejamento do desenvolvimento regional brasileiro.

Assinam os participantes do Seminário.

Desejamos uma boa leitura para todos, alimentando sempre a expectativa de que a socialização dos artigos publicados na Revista REDES possa instigar cada vez mais o debate sobre o desenvolvimento regional.

Os editores.

Virgínia Elisabeta Etges e Marco André Cadoná.